

PENSAR AS BASES EPISTÊMICAS DO NEOLIBERALISMO: UMA BREVE INTRODUÇÃO A UM IMAGINÁRIO EMPOBRECIDO

*Rubens R. R. Casara*¹

RESUMO: Busca-se demonstrar o desafio de pensar as bases epistêmicas do neoliberalismo, fenômeno que se caracteriza tanto pela plasticidade como pela ilimitação. Para tanto, neste artigo, recorre-se à ideia de “imaginário” como elemento essencial à percepção de uma realidade condicionada pela racionalidade neoliberal.

PALAVRAS-CHAVE: neoliberalismo; imaginário neoliberal; ilimitação.

ABSTRACT: *The article seeks to demonstrate the challenge of thinking about the epistemic bases of neoliberalism, a phenomenon characterized by both plasticity and limitlessness. To this end, this article uses the idea of “imaginary” as an essential element in the perception of a reality conditioned by neoliberal rationality.*

KEYWORDS: *neoliberalism; neoliberal imaginary; unlimited.*

Pensar as bases epistêmicas do neoliberalismo é uma tarefa da ordem do impossível. Buscar os fundamentos, a partir dos vários discursos relativos a esse significante, que permitiriam o conhecimento real e verdadeiro acerca do neoliberalismo, esbarra na própria natureza e nas características do neoliberalismo: a plasticidade e a tendência à ilimitação, avessa a qualquer tentativa de confinamento ou delimitação. O marco normativo do neoliberalismo, como já se tornou repetitivo afirmar, desde as obras de Christian Laval e Pierre Dardot, é a ilimitação. Não por acaso, a partir da hegemonia neoliberal, todo limite, até mesmo os limites epistêmicos, tende a ser desconsiderado.

A questão epistemológica, no Brasil, também é condicionada pela tradição autoritária em que nós estamos lançados, que se caracteriza,

¹ Juiz de Direito do TJ-RJ. Doutor em Direito, com estágio pós-doutoral na Université Paris Nanterre. Professor convidado da ENSP-Fiocruz.

principalmente, pela crença no uso da força para resolver os mais variados problemas sociais, isso em detrimento do conhecimento. É fácil perceber a tradição autoritária: ainda hoje, somos incapazes de elaborar adequadamente fenômenos históricos como a escravidão e a ditadura militar-empresarial instaurada em 1964. Em razão dessa ausência de elaboração, muita gente ainda naturaliza uma espécie de hierarquização entre as pessoas e deseja a volta a um passado idealizado (retrotopia) que associam ao governo militar.

O neoliberalismo, por sua vez, se apresenta, em concreto, não como uma fórmula pura, que seria consequência da evolução do capitalismo, mas como um conjunto de normas, imagens e ideias que pode variar para atender às particularidades de um determinado contexto, sempre no interesse dos detentores do poder econômico, mas que partem, todas elas, de ideias-mestras como “Estado-empresa”, “indivíduo-empresa”, “indivíduo-capital”, “modelo da concorrência”, “destruição do concorrente/inimigo” etc.

Mesmo ideias e imagens potencialmente democráticas, transformadoras da realidade e anticapitalistas podem (e foram) apropriadas e colonizadas pela racionalidade neoliberal, como aconteceu com versões empobrecidas dos movimentos feminista, negro e sindical. A lógica da concorrência, que se tronou reguladora de todas as relações humanas, faz surgir, por exemplo, um movimento feminista em que as feministas ficam mais tempo brigando com outras feministas do que combatendo o patriarcado. O mesmo pode ser dito do movimento negro e do movimento operário.

O neoliberalismo, entendido como uma racionalidade, mais precisamente como um certo modo de ver e atuar no mundo que trata tudo e todos como objetos a serem negociados ou descartados, a partir de cálculos de interesse que visam ao lucro ou à obtenção de vantagens pessoais, não só coloniza teorias e ciências como também produziu transformações estruturais no Estado, na sociedade e no indivíduo. Para tanto, deu-se a mutação do simbólico, ou seja, a transformação do registro da linguagem e dos limites, como também um processo de empobrecimento do imaginário, do conjunto de imagem e de ideias que o indivíduo é capaz de formular. Se a realidade é uma trama que une simbólico e imaginário, a racionalidade neoliberal tende a produzir uma nova realidade para um novo sujeito.

Assim, por exemplo, segundo a racionalidade neoliberal, as pessoas alcançariam mais vantagens pessoais se passassem a se perceber também como empresários de si. Mas essa realidade, que o imaginário neoliberal apresenta como natural, é também o produto de situações artificialmente criadas, de regras estabelecidas, de ideias fabricadas, de instituições

construídas para orientar as condutas e os pensamentos na direção da crença na eficácia do governo neoliberal.

Como percebeu Christian Laval,

a ação governamental à distância pelo aparecimento de “regras do jogo” visa estruturar o espaço dentro do qual se tratam os indivíduos segundo a lógica concorrencial. Os indivíduos que estão a se conduzir nesse espaço devem se adaptar a esse meio concorrencial em funcionamento como empresas têm que gerir recursos para maximizar o capital. Longe de ser anormativo ou subgovernado, o espaço neoliberal é repleto de técnicas comportamentais cada vez mais refinadas, que afetam toda a vida e até o mais íntimo dos indivíduos (LAVAL, 2018, p. 60).

O neoliberalismo supõe, e a racionalidade neoliberal produz, uma representação de mundo em que os indivíduos podem ser governados através de certos modos de ação que incidem sobre o meio em que eles vivem.

O Estado condicionado pela racionalidade neoliberal, por sua vez, afasta-se do tipo ideal do Estado Democrático de Direito que, por definição, se caracterizava pela existência de limites rígidos ao exercício do poder. A ilimitação neoliberal levou à relativização desses limites e, ao mesmo tempo, reaproxima de maneira pornográfica o poder econômico do poder político. Também os direitos fundamentais, entendidos como a dimensão normativa do comum, passam a ser negociáveis a depender da vontade do administrador, do legislador ou do juiz. Se o Estado moderno nasce da separação entre poder político e poder econômico, no Estado condicionado pela racionalidade neoliberal, o poder econômico e o poder político voltam a se aproximar e, por vezes, a se confundir: não raro, o detentor do poder econômico exerce diretamente (ou através de seus representantes) o poder político. O Estado neoliberal, portanto, se apresenta como um Estado intervencionista com o objetivo de servir explicitamente ao detentor do poder econômico (e o faz através de políticas monetárias, da ajuda financeira aos super-ricos e do controle dos indesejáveis).

Também desaparece o laço social, as pessoas passam a perceber o outro como um objeto a ser utilizado ou um concorrente a ser vencido. Valores, como a solidariedade, tornam-se negatividades, enquanto o egoísmo passa a ser percebido como uma virtude que gera uma posição de vantagem em meio à luta concorrencial. A sociedade passa a ser vista

como uma ficção desfuncional à busca tendencialmente ilimitada por lucros ou vantagens pessoais.

O indivíduo, por sua vez, para se tornar útil ao projeto neoliberal, precisa ser transformado em um idiota (CASARA, 2024), no sentido que os gregos atribuíam à palavra. Na Grécia, o idiota era a pessoa incapaz de se relacionar com a polis, com o coletivo e o comum. O idiota é, portanto, a pessoa fechada em si, mas fechada principalmente para o outro do conhecimento e o outro da diversidade. É nesse sentido que o idiota aparece como o sujeito útil ao neoliberalismo. Cunhei a expressão idiossubjetivação para dar conta desse processo, desse conjunto de atos e emprego de técnicas de formatação do sujeito para que esse indivíduo idiossubjetivado se apresente como útil e inofensivo ao modelo neoliberal. A idiossubjetivação leva não só a uma linguagem empobrecida, como também a um conjunto de imagens e de ideias construídas em um contexto de ódio ao conhecimento, de tristeza generalizada e de ode à ignorância.

A manutenção das múltiplas opressões, não é de hoje, requer corpos e mentes dóceis, tristes e conformados. A ignorância, que muitas vezes passa a ser percebida como uma positividade, mostra-se compatível com imagens e com ideias empobrecidas. Este imaginário, empobrecido (e idiotizado), identifica-se (e serve) ao neoliberalismo. Pode-se afirmar que o neoliberalismo, para manter-se, necessita dos processos de idiossubjetivação e da correlata crença de que não existem alternativas a ele.

Ao modificar ou manipular o sentido das palavras (o sentido, por exemplo, do que é “justo”, do que é “belo”, da “verdade”, da “liberdade” ou do “bem”), e impedir a criação de novas imagens e ideias, cria-se um novo sujeito (o idiota), formata-se uma nova realidade, entendida como uma trama que une o simbólico e o imaginário. Pode-se, portanto, apontar que o imaginário neoliberal é um dos principais produtos desses processos de produção de uma subjetividade útil ao neoliberalismo.

A racionalidade neoliberal alimenta um conjunto de imagens hipersimplificadas que se têm do mundo, do Estado, da sociedade, dos indivíduos, das relações sociais, da economia etc. Em certo sentido, pode-se dizer que há uma imagem geral que se faz do mundo que poderia ser chamada de neoliberal. Pode-se apontar que a base de todo o imaginário neoliberal se sustenta através de uma premissa-imagem: “tudo e todos são objetos negociáveis e/ou descartáveis na busca por lucro ou vantagens pessoais”.

A consagração normativa da ilimitação e da ideologia do concorrente-inimigo estabelecem a base de sustentação de um sistema que, com o objetivo de se perpetuar, está programado para destruir qualquer

óbice ou ameaça. Um sistema que exige um modo específico, positivo e original, de exercício do poder, no qual o poder político serve quase que exclusivamente ao poder econômico. Um sistema composto de instituições estatais e privadas, políticas e financeiras, bem como por dispositivos econômicos, legislativos, administrativos (policiais, inclusive) e judiciários. Um sistema que exige o intervencionismo estatal e uma produção de subjetivação direcionados à construção e à manutenção da ordem neoliberal.

No imaginário, há sempre algo que pode ser taxado de “ilusório” ou de “inventado” (CASTORIADIS, 1975, p. 190), e, ao mesmo tempo, uma tentativa de retratar, o mais adequadamente possível, o real, ou seja, aquilo que, por definição, escapa à representação. A racionalidade neoliberal leva à incapacidade de compreender o que é da ordem do ilusório, levando o sujeito a confundir a representação do objeto com o próprio objeto.

Em resumo, é esse conjunto de imagens, adequadas à racionalidade hegemônica (e, portanto, à satisfação dos interesses dos detentores do poder econômico), que se tem das coisas e das pessoas, capaz de naturalizar as múltiplas opressões capitalistas e a lógica de guerra concorrencial (e contra os indesejáveis aos olhos dos detentores do poder econômico), é o que se entende por “imaginário neoliberal”. A partir desse imaginário, fenômenos como a “corrupção”, a “religião” e mesmo as “políticas identitárias” passam a ser percebidos e utilizados como instrumentos úteis à manutenção do projeto neoliberal. Valores democráticos como a “verdade” e a “liberdade” tornam-se negociáveis.

Como se viu, a racionalidade neoliberal alimenta um conjunto de imagens que se tem do mundo, do Estado, da sociedade, dos indivíduos, das relações sociais e da economia. Pode-se dizer que há uma imagem geral que se faz do mundo que poderia ser chamada de “neoliberal”. Essas imagens neoliberais, ao serem introjetadas pelos indivíduos, reforçam um modo de pensar e atuar no mundo a partir de categorias como “interesse”, “lucro”, “concorrência” etc. Assim, por exemplo, a imagem que o homem neoliberal tem dos outros indivíduos é a de um objeto que pode ser danoso ou, mais precisamente, a imagem de uma empresa concorrente que precisa ser derrotada ou de um inimigo a ser neutralizado.

Há uma relação de condicionamento recíproco entre, de um lado, o imaginário e, de outro, o simbólico. A realidade é construída pelo imaginário em relação com o simbólico. A experiência e as ideias nascem dessa relação. Mas um indivíduo ao exercer a ação de imaginar recorre a elementos já conhecidos. Nas imagens criadas há algo de novo construído a partir do velho. A imaginação, ao ser exteriorizada, está limitada pelo simbólico,

pela linguagem e pelas experiências de cada um. Ao imaginar uma cena absurda, por exemplo, o presidente da República vestindo uma roupa de palhaço e colocando fogo na Amazônia, é preciso que o autor dessa imagem saiba o que é um presidente da República, como se veste um palhaço e, também, que existe uma floresta no sul do mundo chamada Amazônia. A imaginação não é, portanto, ilimitada. Ela se submete ao condicionamento daquilo que Lacan chamou de “*affaire*”, o “estar em relação com” algo, ainda que esse algo seja uma ideia, ou seja, uma imagem ou um conjunto de imagens submetidas ao processo de reflexão.

Para além do debate entre idealistas (a ideia da coisa - a imagem - como uma projeção da mente) e realistas (a imagem como uma “aquisição pelos sentidos”, a “representação mental de um objeto real” etc.), é importante ter em conta que o imaginário é um registro que permite constatar a existência de um liame entre o indivíduo que imagina algo sobre alguma coisa e essa coisa que dá origem à imagem produzida. As imagens, por definição, são sempre as imagens que se fazem de algo. Esse algo nunca se confunde com a imagem. Em outras palavras, há uma autonomia da imagem, o que faz com que ela possua valor distinto daquele conferido ao objeto representado. Há, portanto, algo de criativo no ato de imaginar, algo que se liga à história, à pré-compreensão, à tradição e à vivência de cada pessoa que imagina.

Diversos destinos podem ser dados a essas imagens. Algumas são exteriorizadas através da linguagem, outras não. As ideias, por exemplo, são imagens que se fazem conscientes e que resultam de um processo de reflexão. Não por acaso, em grego antigo, “imagem” corresponde ao termo “*eidos*”, que é a raiz etimológica das palavras “*idea*” ou “*idea*”. Assim, por exemplo, a imagem de João não é o “real” de João. Mas, a partir dessa imagem, é possível fazer uma ideia do que seja ou de quem é João. Há uma identificação mental, que é uma forma constitutiva de conhecimento, mas João continua a ser diferente da imagem que se faz de João.

Toda imagem é sempre parcial, porque todo conhecimento e toda a tentativa de representação não alcança a totalidade do objeto: é impossível retratar a totalidade de João. A ideia que se tem de João, por sua vez, parte da imagem de João, mas é “trabalhada” pela reflexão. A imagem que faço de João pode me dar uma ideia sobre ele, de que João é uma boa pessoa, ou não. É, portanto, no registro do imaginário que se dá a produção tanto de imagens quanto de ideias.

Na capacidade de imaginar está aberta a possibilidade do sujeito “fazer-se” a si mesmo e ao mundo. Isso se dá na relação entre o imaginário

(a imagem que se tem) e o simbólico (o registro da linguagem). É através da ordem simbólica (da linguagem, das palavras e dos gestos) que o imaginário pode ser exteriorizado por uma pessoa. Em certo sentido, pode-se afirmar que o imaginário unido à linguagem produz a realidade (e a ficção, como, por exemplo, um romance). Também a fantasia, entendida como uma tentativa de substituir a realidade, liga-se a capacidade de imaginar e, portanto, ao imaginário.

Se a realidade é uma trama simbólico-imaginária, o “real” é um registro distinto. As palavras e os símbolos nunca dão conta de retratar o real. Há uma falta que é constitutiva da linguagem: sempre há algo que não pode ser representado através de palavras. A descrição de João sempre é imperfeita. A definição de um fenômeno sempre é imperfeita. O todo das coisas nunca é apreensível a ponto de poder ser descrito com palavras, gestos ou símbolos. São esses limites da linguagem que permitem afirmar que a realidade não se confunde com o real. O real está no todo e, portanto, os sentidos humanos e a linguagem nunca dão conta de percebê-lo e retratá-lo em sua totalidade. O real é impossível de simbolizar, como percebeu Lacan.

A realidade, por sua vez, é retratável através da linguagem porque ela é sempre parcial. A realidade une simbólico e imaginário com o objetivo de substituir o real. A compreensão que cada pessoa tem do mundo não é o “real do mundo”, uma vez que se limita às imagens que cada pessoa produz e que podem ser representadas através da linguagem. É impossível, pois, compreender a realidade sem o recurso ao registro imaginário. Por isso, alguns afirmam que o imaginário se “mistura à realidade exterior e se confronta com ela [...]”. Mas, em sua essência, ele constitui uma realidade independente, dispondo de suas próprias estruturas e de sua própria dinâmica” (BOIA, 1988, p. 16). Na realidade, mais do que algo que se mistura à realidade ou a distorce, o imaginário (o conjunto de imagem, conscientes e inconscientes, que se faz dos objetos e das pessoas) é constitutivo da realidade.

O imaginário não pode ser confundido com o real, embora, por vezes, procure substituí-lo. Ao identificarem os fenômenos com a imagem dos fenômenos, as pessoas agem como os prisioneiros da “alegoria da caverna” de Platão: elas têm necessidade de se iludir com a crença de que cada imagem não pode ser outra coisa que não o “real”. Como já se viu, o objeto não se confunde com a imagem que se tem dele. O processo de construção das imagens (e, portanto, dos objetos) é contínuo. Toda imagem, para se sustentar, precisa ser criada e recriada em um movimento dinâmico e funcional. O imaginário, entendido como conjunto de imagens,

é o resultado de um movimento criativo que produz, reproduz, constrói, desconstrói e inventa imagens a partir de múltiplos fatores que podem se tornar conscientes ou não.

O imaginário (a imagem que se tem) e o simbólico (a linguagem e os limites à representação) formam a realidade. Como explica Cornelius Castoriadis, o imaginário deve utilizar o simbólico não somente para se exprimir como também para existir, sair do virtual (CASTORIADIS, 1975, p. 190). A realidade é uma dessas criações do imaginário exteriorizadas através da linguagem (simbólico). Se percebo uma determinada realidade é porque um conjunto de imagens passa a se apresentar como coerente e a produzir um sentido mínimo a partir da linguagem e de seus limites. Mas essa relação entre o imaginário e o simbólico na construção da realidade é sempre dinâmica e sujeita a condicionantes e a variações.

O empobrecimento da linguagem (e o correlato enfraquecimento do simbólico) promovido pela racionalidade neoliberal, por exemplo, leva ao fortalecimento do registro imaginário. A busca por lucros sem limites (a ilimitação) que caracteriza a racionalidade neoliberal é um sintoma desse processo de dessimbolização, que se percebe no desaparecimento dos valores e no enfraquecimento dos limites éticos e jurídicos às ações.

O imaginário neoliberal também pode ser descrito como um conjunto de imagens que representam e, em certo sentido, criam a era neoliberal. É justamente em razão da natureza criativa e constitutiva da realidade que emerge a funcionalidade política do imaginário. É do registro do imaginário que, por exemplo, surgem as ideologias, as paixões e as racionalidades que disputam hegemonia. As novas ideias, construídas a partir de imagens, acabam por se subsumir ou se projetar na figura de uma ideologia até que sejam aceitas como verdadeiras: é o momento em que se afirma a necessidade da negatividade inerente a qualquer novidade, a qualquer nova ideia. A afirmação de uma ideia surge de duas negatividades: a negatividade do novo evento e a negatividade do mundo da vida, em uma relação que, por exemplo, faz com que a exceção permaneça como uma exceção. É no campo do imaginário que se disputa a supremacia de uma visão de mundo sobre as demais, bem como se desenvolvem as tentativas de consenso e de dominação ideológica de uns sobre os outros.

A realidade neoliberal foi construída a partir do enfraquecimento do simbólico (empobrecimento da linguagem e desaparecimento ou relativização dos limites). Em um mecanismo que a psicanálise costuma identificar como típico de um quadro paranoico, o indivíduo subjetivado a partir do neoliberalismo retira-se do laço social, na medida em que só

se relaciona com objetos, e, ao mesmo tempo, passa a desconsiderar a lei simbólica (os limites, a lei imposta por um terceiro, o conhecimento já produzido, a “verdade” etc.) para fabricar a própria lei a partir das imagens que possui: uma lei imaginária, que ele pretende impor aos outros, a partir de seus interesses e da imagem que faz do que é certo, belo ou justo.

Importante ter em mente que mesmo algumas imagens produzidas por um indivíduo podem se revelar em contradição com outras que formam o imaginário dessa pessoa. Um imaginário democrático, ou seja, formado por um conjunto de imagens compatível com a soberania popular e o respeito aos direitos fundamentais, por exemplo, pode se deparar com objetos e percepções tendencialmente autoritários e, mesmo assim, permanecer predominantemente democrático. Mas nada impede que, com o aumento e a naturalização do número de imagens autoritárias que passam a ser produzidas por um determinado sujeito, um imaginário predominantemente democrático se torne progressivamente autoritário. Percebe-se, portanto, que o imaginário é dinâmico, sujeito a múltiplas determinações e a transformações, o que faz dele um campo de disputa ético-política.

Uma racionalidade autoritária só é naturalizada se suas premissas não se tornarem objeto de reflexão a partir de um imaginário democrático. Imagens autoritárias tendem a perder força ao serem cotejadas com um conjunto de imagens construídas a partir da reflexão à luz de valores democráticos. A racionalidade autoritária, ao se deparar com um imaginário democrático, enfrenta resistência. Não por acaso, a racionalidade e a normatividade neoliberais buscam colonizar o imaginário dos indivíduos. Em outras palavras: colonizar o imaginário é a condição de possibilidade para o neoliberalismo impregnar o conteúdo e a significação de tudo com os valores do mercado e, em um segundo momento, tanto excluir os limites à busca por lucros como “atacar aos princípios, práticas, culturas, sujeitos e instituições da democracia, compreendida como um governo pelo povo” (BROWN, 2018, p. 09).

A ausência de reflexão e o empobrecimento subjetivo reforçam a “ilusão da imanência” e a crença tanto na simplicidade do mundo quanto na identidade entre os objetos e a imagem que se tem deles. A economia, por exemplo, torna-se a “economia neoliberal”, sem que se analise a história da economia neoliberal e se imagine qualquer alternativa a ela. A “simplicidade” e a “transparência”, enunciadas pela normatividade neoliberal, buscam reforçar essa ilusão de imanência e tornar desnecessária qualquer reflexão. A ilusão da imanência, o empobrecimento da linguagem e a ausência de

reflexão, incentivados pela normatividade neoliberal, são fenômenos que atendem à finalidade de domesticar o imaginário.

Como percebeu Sartre, “é a ação reflexiva que permite o julgamento *eu tenho uma imagem*” (SARTRE, 2015, p. 15). Mas não só. É a reflexão e a tomada de consciência da função criativa do imaginário que permitem qualquer ação de transformação da realidade. Para identificar que algo se trata de uma imagem (e, portanto, sujeita a distorções) e, também, as características próprias dessa imagem enquanto imagem, bem como imaginar alternativas possíveis a ela, é preciso recorrer à reflexão. Dificultar a reflexão, domesticar e colonizar o imaginário, portanto, são estratégias de conformação da realidade.

É essa funcionalidade política do imaginário que permite identificá-lo como um “dispositivo” cultural e ideológico, uma rede estabelecida entre elementos (no caso, imagens e ideias) para cumprir um objetivo. No caso do imaginário neoliberal, o objetivo visado envolve a potencialização dos lucros dos detentores do poder econômico, a demonização da política, a proliferação do egoísmo, a produção de medo e a generalização da sensação de impotência relacionada com a imagem de que inexistia alternativa ao projeto neoliberal. A colonização do imaginário pela visão neoliberal funciona, portanto, como uma espécie de reforma da alma, que antecede e explica a reforma do Estado, da sociedade, da família etc.

Mesmo aqueles que, em princípio, teriam interesse na construção de um outro mundo possível são capturados pelo imaginário neoliberal, por ideias, por normas de conduta e esquemas de pensamento que são forjados pelo neoliberalismo. A razão crítica, por exemplo, é paralisada pelo modo de ver e atuar neoliberal no mundo (racionalidade neoliberal). A hegemonia da razão neoliberal bloqueia a crítica e a reflexão sobre esse conjunto de imagens, ideias, projeções e normas de conduta neoliberais. Em apertada síntese, pode-se afirmar que esse imaginário neoliberal bloqueia a formação de imagens contrárias ao neoliberalismo, ou melhor, impede que se imagine ou se produzam imagens de um outro mundo possível.

Com André Tosel (TOSEL, 2016, p. 32), pode-se afirmar que a categoria “imaginário” tem estreita ligação tanto com a noção marxiana de ideologia, tal qual redefinida por Louis Althusser, quanto com a noção de Antonio Gramsci de “concepção de mundo”. De fato, o neoliberalismo é um conjunto de representações, de esquemas de pensamento e de condutas que tem por efeito a produção de uma visão invertida do mundo sócio-histórico, gerando práticas e ideias que são o resultado de uma atividade que os tem na função de um pressuposto, de uma posição *a priori* (TOSEL, 2016, p. 32).

Esse conjunto de imagens e ideias funciona como a pré-compreensão que condiciona a produção de normas, as ações e as interpretações. Há, portanto, uma dimensão ideológica do imaginário que remete a um exterior imaginado (uma construção imaginária), percebido pelo indivíduo assujeitado como natural e não como o resultado, sempre provisório, de um processo histórico. O conjunto de imagens que compõem o imaginário neoliberal impede não só a crítica da inversão ideológica produzida a partir dos pressupostos neoliberais, apresentados como naturais, como também a possibilidade do sujeito se constituir como um sujeito da crítica ao sistema, como o sujeito capaz de assumir um compromisso com a mudança, isso porque o indivíduo perdido no imaginário neoliberal revela-se incapaz de reconhecer a sua própria condição e de identificar as ilusões a que está submetido.

A dimensão ideológica do imaginário, centrada no efeito de ilusão que pode ter uma imagem, não é a única. O imaginário neoliberal tem também um conteúdo histórico, uma dimensão colonizadora (coloniza culturas, teorias, práticas, religiões etc.) e, em especial, uma dimensão que fornece aos indivíduos um mundo de sentidos e o reconhecimento desejado naquilo que se identifica como uma espécie de “egoísmo gregário” (DUFOUR, 2007). De fato, o imaginário não pode ser reduzido a uma concepção economicista ou mesmo à oposição abstrata entre a ilusão e a realidade. Não se pode esquecer que o imaginário, ao lado do simbólico, é o que constitui a realidade.

O imaginário é constitutivo do mundo, razão pela qual faz rede com (e condiciona) concepções filosóficas, religiosas, artísticas e culturais. O imaginário, que precisa da linguagem para ser exteriorizado, também coloniza essa mesma linguagem (servindo, como já se viu, como instrumento de controle da população), bem como organiza as massas fazendo com que os indivíduos assujeitados aceitem certas condições de vida como naturais e imutáveis, bem como naturalizem determinados horizontes de significação que impedem (ou, ao menos, dificultam extraordinariamente) qualquer reflexão ou produção de imagens e ideias capazes de levar à superação desse imaginário hegemônico.

O imaginário neoliberal pode, então, ser apresentado como um imaginário domesticado que se sustenta na crença de que toda reflexão se faz desnecessária. Não por acaso, o imaginário neoliberal estimula ideias prontas, *slogans* argumentativos, chavões autoritários e discursos de fundamentação prévia. As imagens do mundo neoliberal, apresentadas como naturais e imutáveis, se caracterizam por serem traduzíveis em

dinheiro e servirem a cálculos de interesse. Por isso, a imagem do interesse, visto como lucro ou vantagem, atravessa todo esse imaginário, em que não existem limites ao desejo de enriquecer. Nele, todas as imagens passam a se relacionar com ideias como as de obtenção de vantagens, crescimento econômico, competitividade e valorização do capital. A colonização pela economia, em razão da função criativa do imaginário, explica o motivo pelo qual a imagem que se faz da justiça passou a ser subordinada à competitividade (BROWN, 2018, p. 29), da mesma maneira que a imagem do bom governante e do bom governo.

A partir das mesmas imagens e ideias, tomadas como naturais e imutáveis, todas as agências, aparelhos, forças políticas e indivíduos passaram a aderir à racionalidade hegemônica neoliberal. Não raro, mesmo a crítica ao neoliberalismo passa a ser feita a partir do imaginário neoliberal (cálculo de interesse, lógica da concorrência, identificação do outro como inimigo, Estado a serviço do mercado etc.). O Estado, a sociedade civil e o indivíduo passam a atuar articulados (re-ligados) a partir do mesmo conjunto hegemônico de imagens e ideias. O imaginário se faz a “religião da vida cotidiana” (TOSEL, 2016, p. 33) e passa a constituir um “mundo de sentidos, um horizonte de práticas” através das quais se constitui a hegemonia de um determinado grupo (no caso do neoliberalismo, a hegemonia dos detentores do poder econômico: os “super-ricos”).

O imaginário neoliberal se impôs como uma concepção de mundo que produz efeitos normativos, que condiciona as interpretações e as ações humanas, ao mesmo tempo que gera uma “sociedade sem lei”, na qual vigora uma espécie de vale-tudo diante da lógica da concorrência, da ilimitação que marca a busca por lucros e vantagens pessoais e do desfazimento dos laços sociais.

A importância da categoria “imaginário neoliberal”, para explicar tanto o funcionamento do Estado e da sociedade quanto as condutas individuais, fica evidente ao se perceber que, às crises geradas pelo neoliberalismo, são apresentadas respostas forjadas a partir de imagens e ideias neoliberais, ainda que disfarçadas. Assim, por exemplo, as críticas aos efeitos destrutivos do neoliberalismo, que ganharam força com a crise mundial que começou em 2005 (e se radicalizou em 2008), levaram à apresentação de respostas neoliberais, ainda que travestidas de alternativas. Em outras palavras, apenas a compreensão de que existe um imaginário neoliberal é capaz de explicar como foram apresentadas respostas neoliberais (e, portanto, inócuas) para uma crise nascida do funcionamento normal do neoliberalismo. Todavia, esse imaginário neoliberal encontra-se velado.

Interessa aos que defendem a manutenção da atual feição do capitalismo que a função constitutiva da realidade exercida pelo imaginário neoliberal permaneça desconhecida. O discurso “científico” do neoliberalismo, profundamente ideológico, faz com que ele se apresente como uma racionalidade superior e que dispensa o recurso ao imaginário. As coisas “são como são” e permaneceriam assim independentemente da imaginação das pessoas. Aliás, o comando neoliberal é no sentido de não imaginar um outro mundo possível.

No imaginário neoliberal, a dimensão emancipatória das “luzes”, ligada ao Iluminismo e ao início da ordem liberal, é reformada e apresentada em uma versão simplista e empobrecida, reduzida tão somente à liberdade de contratar e de empreender. Desaparece o conteúdo ético-político do valor “liberdade”, que estava presente, ao menos no campo discursivo, no início do liberalismo. O imaginário neoliberal permite a aceitação de que tudo aquilo que era destinado à emancipação torne-se um instrumento de sujeição. O indivíduo neoliberal (ou seja, a partir das imagens e ideias neoliberais) passa a se sujeitar a um novo senhor e mestre, a um sujeito absoluto: o mercado.

De igual sorte, a socialização imaginada pelo sujeito neoliberal funda-se exclusivamente na imagem da concorrência entre as empresas. O indivíduo que se imagina como uma empresa busca vencer os outros indivíduos, que também são representados como empresas. Todas as ações livres dos indivíduos (que são iguais tão somente em relação a essa liberdade funcional aos interesses dos detentores do poder econômico), a partir do imaginário neoliberal, se dão no campo do empreendedorismo, ou mais precisamente, no espaço de luta por lucros e vantagens pessoais.

Uma outra característica fundamental do neoliberalismo que só pode ser explicada a partir da categoria “imaginário” é a da sua plasticidade e adaptabilidade às mais variadas realidades, ideologias e contextos. Pode-se falar de um efeito colonizador do imaginário neoliberal, que leva à criação e à reprodução de imagens compatíveis com as mais diferentes estruturas sociais, ideologias, religiões, etnias e características de cada Estado, sociedade ou grupo de pessoas. A depender do contexto, em especial das crenças e preconceitos dominantes em um determinado lugar, o imaginário neoliberal se apropria e coloniza essas imagens e ideias particulares, fazendo-as compatíveis com a racionalidade e a normatividade neoliberal, como forma de assujeitar e explorar a população respectiva.

Em outras palavras, o neoliberalismo se apresenta, em concreto, não como uma fórmula pura, que seria consequência da evolução do

capitalismo, mas como um conjunto de imagens e ideias, que podem variar para atender às particularidades de seus consumidores, mas que partem, todas elas, das ideias-mestras neoliberais (Estado-Empresa, indivíduo-empresa, estado de concorrência).

Ao fluxo e às tecnologias neoliberais tomadas em abstrato, essa colonização de imagens e ideias fez somar vários elementos que, em princípio, não tinham ligação com o neoliberalismo. Mesmo ideias e imagens potencialmente transformadoras da realidade e anticapitalistas podem (e foram) apropriadas e colonizadas no imaginário neoliberal, como aconteceu com versões dos movimentos feminista, negro e sindical. De igual sorte, a ideia de nacionalismo (o imaginário nacionalista) também foi apropriada, colonizada e redefinida a partir da fusão com imagens e ideias tipicamente neoliberais, o que gerou o fenômeno crescente do nacional-neoliberalismo.

Mesmo imagens e ideias de um passado pré-moderno, pré-liberal e explicitamente autoritário também foram reabilitadas através do recurso à mixagem com imagens e ideias neoliberais. Mais do que um elemento capaz de reavivar tensões sociais que se imaginavam superadas, o conteúdo pré-moderno apropriado pelo imaginário neoliberal (tais como as práticas inquisitoriais, as tentativas de controle do pensamento, a crença no uso da força para resolver os mais variados problemas sociais, a hierarquização entre as pessoas, o desprezo pela soberania popular e a seletividade que permite afastar os direitos fundamentais de parcela da população) passou a funcionar como uma condição necessária à hegemonia do imaginário neoliberal em determinados contextos.

Também é digno de nota que o imaginário neoliberal é compatível tanto com a “ilusão do consenso” (MOUFFE, 2016) quanto com as teses populistas baseadas na divisão entre o nós e o eles, inclusive, a versão de “esquerda” (MOUFFE, 2018), que foi construída, como reação ao “sucesso” dos populismos de direita, a partir da separação entre “o povo” e “a oligarquia”. Ao mesmo tempo em que produz a imagem de um consenso em que a paz social estaria assegurada a partir de acordos baseados em cálculos de interesse (em certo sentido, o imaginário neoliberal faz do consenso, essa construção artificial forjada à luz da abstração do homem econômico, um substituto do valor “verdade”), o imaginário neoliberal mostra-se adequado aos movimentos que reproduzem a lógica da concorrência e do inimigo na luta política.

Como já dizia Marx (MARX, 1971, p. 229), uma formação social que não reproduz as condições de produção ao mesmo tempo que produz, não

sobreviverá. Da mesma maneira, para o imaginário neoliberal manter-se hegemônico é preciso reproduzir, quando não ampliar, as condições de produção das imagens e das ideias neoliberais. Para tanto, recorrer a outras imagens e ideias (inclusive, preconceitos) que já são aceitas por ampla parcela da população, ou melhor, misturar as imagens e ideias neoliberais a esse conteúdo imaginário que já é hegemônico, ajuda a naturalizar as primeiras. A colonização neoliberal de imagens e ideias corresponde, portanto, à ampliação das condições de produção do imaginário neoliberal.

Em sociedades lançadas em uma tradição autoritária, como é o caso do Brasil (em que fenômenos como a escravidão e a ditadura militar nunca chegaram a ser suficientemente elaborados), o neoliberalismo só pôde se tornar hegemônico a partir da fusão entre imagens autoritárias e imagens neoliberais. No Brasil, o presidente Jair Bolsonaro (eleito em 2018 após a prisão atípica de seu principal adversário - e líder em todas as pesquisas de intenção de voto - por um juiz que depois se tornaria ministro da Justiça do novo governo), que apresenta um discurso nacionalista, pré-moderno e autoritário, mas uma prática econômica explicitamente neoliberal, é um exemplo do sucesso eleitoral dessa mixagem entre um imaginário autoritário e pré-moderno e o imaginário neoliberal.

O caráter plástico e a capacidade de adaptação do neoliberalismo a diversas realidades e ideologias fazem com que o conceito de imaginário neoliberal se torne incontornável para aqueles que pretendem compreender tanto a permanência do fenômeno neoliberal quanto o atual funcionamento do Estado e da sociedade, bem como as mudanças na economia psíquica dos indivíduos. Identificar o imaginário neoliberal e suas criações torna-se indispensável para compreender e superar o modo de exercício de poder e as demais manifestações da racionalidade neoliberal.

Da mesma maneira que toda formação social é o resultado de um modo de produção dominante, todo imaginário pode ser apresentado também como o resultado de um determinado modo de produção de imagens e de ideias. O processo de formação de novas imagens e ideias, a partir de imagens anteriores, que são redefinidas ou abandonadas, aciona não só novas forças produtivas como altera o funcionamento das forças e instituições já existentes. Nessa dinâmica do imaginário, as imagens abandonadas precisam ser substituídas para que um imaginário alcance e mantenha a hegemonia.

O descuido com o imaginário, ou pelo menos com a dimensão imaginária da luta de classes (e da luta contra o sistema de opressões como um todo), fez com que a produção dos meios de produção e dos

meios de consumo bem como a realização da mais-valia tenham sido objeto de mais atenção do que os meios de produção do imaginário. Se as imagens do mercado, da empresa e do concorrente, dentre outras, passaram a penetrar todas as esferas da vida, ou seja, a integrar a pré-compreensão que condiciona todas as interpretações, escolhas e atuações do indivíduo, não é apenas no mercado, na empresa e nas relações de concorrência que se deve procurar onde e como essas imagens são produzidas. Olhar o que ocorre no mercado financeiro, por exemplo, é quase que completamente inútil à compreensão da reprodução dos meios de produção das imagens neoliberais.

As instituições que Louis Althusser havia chamado de “aparelhos ideológicos do Estado” (ALTHUSSER, 1985, p. 68), que se localizam tanto na esfera pública quanto na esfera privada, constituem algumas dessas máquinas de produção de imagens e ideias. Assim, os aparelhos religiosos (na era neoliberal, o destaque é das igrejas neopentecostais), os escolares (as escolas e as universidades públicas e privadas, as escolas técnicas e de comércio etc.), os familiares (as diversas formações familiares em que, sob a égide neoliberal, se naturaliza o enfraquecimento da chamada função paterna, ou seja, da função de impor limites), os políticos (o sistema político, os diferentes partidos e os movimentos populares, de classe e identitários), os jurídicos (os tribunais, o Ministério Público, as polícias etc.), os sindicais (as centrais de trabalhadores, seções sindicais), de informação (a televisão, a internet, as redes sociais, o rádio, a imprensa, os blogues) e culturais (a indústria cultural, o cinema, o teatro, as belas-artes, os esportes) são os responsáveis pela produção, propagação e substituição das imagens neoliberais.

Essas máquinas de produção de imagens, em combinação tácita ou explícita com o poder repressivo do Estado, forjam as subjetividades, atuando através da propagação das ideologias, do recurso à violência simbólica, das mutações da linguagem e da repressão direta.

A família, a igreja, a escola, o Direito, a indústria cultural, a propaganda e, sobretudo, as tecnologias ligadas às telas (televisão, *smartphone* etc.) e ao poder numérico-digital (redes sociais, dispositivos virtuais), hoje, compõem o mosaico dos meios de produção de imagens e ideias neoliberais, fornecendo informação e desinformação, introjetando normas, reproduzindo e redefinindo valores, submetendo cada pessoa e cada relação à lógica do mercado e da concorrência.

O que caracteriza as máquinas de produção de imagens neoliberais é uma espécie de repetição cínica de imagens e mensagens que fazem uma

pessoa parecer apenas mais um objeto negociável. Mas não só. Repete-se aquilo que interesse a ela. Esconde-se aquilo que não interessa. Repete-se o “igual”, uma visão sempre materializada e imutável da vida, na qual o sucesso se identifica com a obtenção de vantagens, como forma de manter a hegemonia neoliberal. Nas redes sociais e em obediência ao poder numérico, a repetição se dá através de um simples toque, de um único movimento físico capaz de comprar um objeto ou compartilhar uma informação, ainda que falsa. Esse “*touch-like*”, que não exige qualquer reflexão mais aprofundada, pode ser apresentado como uma espécie de “DNA da ação digital” (TIBURI, 2014), o ato, que se caracteriza pela simplicidade, através do qual o indivíduo é controlado e, ao mesmo tempo, ajuda a controlar.

Por tudo isso, é preciso levar a sério o imaginário neoliberal. Como já se viu, o imaginário é constitutivo da realidade. Só é possível falar em realidade porque há uma imagem que as pessoas fazem dos fenômenos, das coisas e das outras pessoas. Nada há fora do registro da imagem e da linguagem, da trama composta na relação entre o imaginário e o simbólico. O imaginário neoliberal faz, por exemplo, com que, em pleno século XXI, a desigualdade seja naturalizada e a responsabilidade pela pobreza acabe atribuída ao pobre.

É o imaginário neoliberal que permite a extensão a todas as dimensões da vida de um modo de compreensão e funcionamento econômico: uma espécie de “devir-empresa” que passa a atingir domínios, atividades e sujeitos, em princípio, não econômicos. Os indivíduos, diante desse contexto, passam a figurar, ainda que sem consciência de seu papel, como atores ou objetos cenográficos do mercado. A partir dos processos neoliberais contemporâneos, que apresentam a vida social e política como fenômenos exclusivamente econômicos, as próprias pessoas passam a ser imaginadas como objetos, empresas ou capital humano. Mais precisamente, em razão do imaginário neoliberal, o indivíduo se imagina como um empresário-de-si, enquanto as empresas e as constelações econômicas nacionais e pós-nacionais (como a união Europeia e o Mercosul) o tratam como um ativo (um capital), um servo ou um objeto a ser descartado.

Também é o conjunto de imagens e ideias neoliberais que ameaça destruir o imaginário democrático, razão pela qual alguns chegam a dizer que nos encontramos em um novo regime: a “a-democracia” (LAVAL, 2016, p. 85-98). O Direito, também construído a partir do imaginário neoliberal, não só desconsidera os valores democráticos como também ataca solidariedades e identidades sociais, enfraquecendo organizações e energias democráticas. A perseguição judicial ao Movimento dos Trabalhadores

Rurais Sem Terra (MST) no Brasil e as limitações ao uso das ações coletivas (*class action*) por trabalhadores nos Estados Unidos são exemplos de que o imaginário neoliberal leva as próprias instituições do Estado a desconsiderar e atacar os valores democráticos.

No neoliberalismo, o estado de exceção, um dispositivo que permite o afastamento das regras do jogo democrático, torna-se a “forma jurídica” (VALIM, 2017), enquanto a imagem do empresário-de-si assume a “forma subjetiva” (LAVAL, 2016, p. 95) do imaginário neoliberal. Por isso Wendy Brown afirma que

o consumo, a educação, o aprendizado, a escolha de um parceiro afetivo ou sexual e outras esferas também se encontram configuradas como práticas de investimento-em-si, nas quais o ‘si’ é uma empresa individual; e o trabalho tanto quanto a cidadania são configurados como modos de pertencer à empresa (à ‘equipe’) na qual se trabalha ou à nação da qual se é um membro (BROWN, 2016, p. 56).

E, além disso, o imaginário neoliberal leva a uma espécie de pertencimento à “sorte das empresas”. Tanto a lógica da destruição do inimigo-concorrente quanto os ataques aos direitos fundamentais, percebidos sempre como obstáculos à liberdade e aos objetivos das empresas, são aceitos sem contestação. Wendy Brown fala, então, em uma “cidadania sacrificial” para dar conta da aceitação do fracasso (sempre atribuído à falta de mérito individual), do desemprego, do subemprego, do “emprego infinito” (em razão das reformas neoliberais que dificultam e impedem a aposentadoria) e de outras formas “de sacrifício até a morte” (BROWN, 2016, p. 81).

A perspectiva da ilimitação, ligada inicialmente ao religioso e ao sublime, mas que foi resgatada em meio à sociedade de consumo e potencializada no neoliberalismo, com seus imperativos voltados ao indivíduo (“consume!”) e à sociedade (“cresça sem parar!”), só é possível em razão de mudanças no imaginário que fazem com que a maioria das pessoas desconsidere a contradição entre a crença na ilimitação e a constatação da finitude do planeta. Se não fosse a dimensão ideológica do imaginário, bastaria recorrer a conhecimentos mínimos das bases de cálculo exponencial para se perceber o absurdo que é subordinar o modo de agir na sociedade e o futuro da humanidade à ideia de um crescimento e de um consumo infinito em um planeta finito (MICHÉA, 2018).

Mudar esse quadro, portanto, passa por superar o imaginário neoliberal e resgatar imagens e ideias que devem integrar uma espécie de “esfera do inegociável” ligada à democracia e ao ideal de vida boa. Isso passa por desdemonizar o “comum”. Mas, não só. É preciso também admitir a existência de um outro mundo possível, em que a opressão do homem pelo homem não seja a regra. Impõe-se, antes de tudo, compreender o imaginário neoliberal para sair da ilusão de que o absurdo não pode ser abandonado.

Referências bibliográficas

ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos do Estado*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

BOIA, Lucian. *Pour une histoire de l'imaginaire*. Paris: Les belles lettres, 1988.

BROWN, Wendy. La citoyenneté sacrificielle. In: *Imaginaires du néolibéralisme*. (Org. François Cusset, Thierry Labica e Véronique Rauline). Paris: La Dispute, 2016.

BROWN, Wendy. *Défaire le démos. Le néolibéralisme, une révolution furtive*. Paris: Éditions Amsterdam, 2018.

CASARA, Rubens. *O Estado pós-democrático*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

CASARA, Rubens. *Sociedade sem lei*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CASARA, Rubens. *Contra a miséria neoliberal*. São Paulo: Autonomia Literária, 2021.

CASARA, Rubens. *A Construção do idiota*. Rio de Janeiro: Da Vinci Livros, 2024.

CASTORIADIS, Cornelius. *L'institution imaginaire de la société*. Paris: Seuil, 1975.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *La nouvelle raison du mode: essai sur la société neoliberale*. Paris: Découverte, 2010.

DUFOUR, Dany-Robert. *Le divin marché*. Paris: Danoël, 2007.

LAVAL, Christian. L'a-démocratie néolibérale. In: *Imaginaires du néolibéralisme*. (Org. François Cusset, Thierry Labica e Véronique Rauline). Paris: La Dispute, 2016.

LAVAL, Christian. *Foucault, Bourdieu et la question néolibérale*. Paris: Découverte, 2018.

MARX, Karl. *Lettres à Kugelman*. Paris: Éditions Sociales, 1971.

MOUFFE, Chantal. *L'illusion du consensus*. Paris: Albin Michel, 2016.

MOUFFE, Chantal. *Pour un populisme de gauche*. Paris: Albin Michel, 2018.

SARTRE, Jean-Paul. *L'imaginaire*. Paris: Gallimard, 2015.

TIBURI, Marcia. *Filosofia prática*. Rio de Janeiro: Record, 2014.

TOSEL, André. Remarques de méthode sur l'imaginaire néolibéral. In: *Imaginaires du néolibéralisme* (Org. François Cusset, Thierry Labica e Véronique Rauline). Paris: La Dispute, 2016.

VALIM, Rafael. *Estado de exceção: a forma jurídica do neoliberalismo*. São Paulo: ContraCorrente, 2017.